

Série **EDUCAÇÃO**

Número 3



Cadernos da UNESCO Brasil

EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESEMPREGO:
NOVOS TEMPOS, NOVAS PERSPECTIVAS

Jorge Werthein

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Wertheim, Jorge.

Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas / Jorge Wertheim. — Brasília : Unesco, c1999.

37p. ; 17x24 cm. — (Cadernos da Unesco Brasil. Série Educação ; v. 3)

1. Educação profissional. 2. Desemprego. 3. Globalização.
I. Título. II. Série.

CDU 37.035.3

Cadernos da UNESCO Brasil

Série **Educação**

Volume **3**

Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Almeida Borges
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Educação

Julio Jacobo Waiselfisz
Lúcia Maria Gonçalves de Resende
Cândido Alberto Gomes
Manuel Argumedo

Revisão: Ana Maria Viana Freire e Aline Maria Duarte Mól
Assistente Editorial: Mariana Carla Magri

Projeto Gráfico: Ana Lúcia Pompeu
Fotografia de Capa: Iracema Malheiros
Brinquedo popular brasileiro em madeira, de autor desconhecido.



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 223-8684
Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org

Cadernos UNESCO Brasil

"Assim, a comunidade pode tomar consciência das condições necessárias ao seu bem-estar e desenvolvimento. A outorga, por parte do Estado, de subsídios às comunidades locais que se esforçam por resolver os seus próprios problemas, aperfeiçoar-se e organizar-se, revelou-se uma solução mais eficaz do que as ações vindas de cima, visando a impor o progresso."

Relatório Jacques Delors

Brasília, 1999.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESEMPREGO: NOVOS TEMPOS, NOVAS PERSPECTIVAS*

Jorge Werthein

Representante da UNESCO no Brasil e

Coordenador do Programa UNESCO/MERCOSUL

Edições UNESCO Brasil - 1999

* A presente publicação reúne três conferências do autor proferidas em eventos nas áreas de educação e trabalho no ano de 1998.

SUMÁRIO

1 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	09
2 - DESEMPREGO, TEMPO LIVRE E LAZER: A NECESSIDADE DE UMA NOVA ÉTICA	19
2.1 -A Crise do Desemprego	23
2.2 -Desemprego, Tempo Livre e Lazer	26
2.3 - Impasses e Perspectivas	27
3 - O SIGNIFICADO DE PAULO FREIRE PARA A UNESCO	31

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS *

* Palestra proferida na Conferência Internacional sobre Educação e Trabalho, São Paulo, SENAI, setembro de 1998.

Não se pode abordar o problema da educação profissional no contexto da mundialização das atividades humanas sem antes tecer considerações de ordem mais geral a propósito do significado das transformações que se operam em ritmo altamente acelerado e de características imprevisíveis. Como apropriadamente afirma o Relatório Jacques Delors, a globalização traçou uma nova carta do mundo, fazendo surgir novos pólos de dinamismo baseados no comércio mundial. A competitividade incessante tornou-se uma regra obrigando todos os países a arranjar trunfos específicos para participar no desenvolvimento das relações econômicas mundiais, tornando ainda mais transparente a separação entre os que ganham e os que perdem¹.

O elevado grau de competitividade ampliou enormemente a demanda por conhecimentos e informações estratégicas. A constituição de redes científicas e tecnológicas ligando centros especializados de pesquisa e as grandes empresas no mundo inteiro concorre para agravar as disparidades, aprofundando a diferença de conhecimentos. Os países periféricos, via de regra, permanecem à margem desse processo concentrador de ciência e tecnologia.

As mudanças que já se efetivaram ou as que estão em curso atingem a estrutura social, em sua totalidade, gerando incertezas crescentes quanto ao futuro. O aumento do desemprego e da violência, o progressivo endividamento e a redução de autonomia das nações, o crescente efeito da globalização sobre o Estado-Nação, entre outros fatores, ajudam a espalhar um sentimento geral de vulnerabilidade entre as pessoas e as instituições.

Para os objetivos da presente comunicação, importa destacar e caracterizar as mudanças no processo produtivo e no mercado de trabalho, bem como suas implicações na área da educação, em geral, e da educação profissional, de modo mais específico.

¹ DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez/UNESCO, 1998, p. 38.

Está em marcha uma ampla reestruturação produtiva. O até então consagrado modelo fordista-taylorista está cedendo lugar a novos desenhos conceituais e operacionais. A estrutura hierárquica e rígida está sendo progressivamente substituída por estruturas planas que aproveitam a capacidade de todos os trabalhadores. Um conceito-chave nesse novo desenho é o da “inteligência distribuída”, tendência facilitada pelo advento de novas tecnologias, como a microeletrônica. Como diz Schmidt:

El nuevo modelo de producción y trabajo se basa en la noción de un proceso sistémico e integrado (planes con escaso personal, dominio total de la calidad). La mejor aproximación es que la producción en el mundo emergente se ve no ya como un proceso secuencial, reflejado popularmente en la fábrica, sino que es amplio y simultáneo, y cada faceta trabaja en conexión con todas las demás.²

Uma segunda característica das mudanças do setor produtivo decorre da alta competitividade imposta pela globalização. Refere-se à necessidade de elevação contínua da qualidade. Como diz Tedesco: “*la nueva organización se concibe como una máquina de aprender y mejorar, como un sistema, para identificar problemas y encontrar soluciones*”³. Como consequência, as escolas e as agências formadoras de pessoal passaram a ser cobradas pelos setores produtivos. Não somente isso, as empresas começaram a participar mais ativamente do sistema educacional como um todo. Esse aspecto tem especial importância para o Brasil. O poder público, sozinho, não tem condições de resolver o problema educacional, cujos déficits acumulados ao longo dos anos são muito altos. A participação dos empresários destaca-se e impõe-se como condição fundamental para o êxito da política educacional.

Outro aspecto que caracteriza a reestruturação do setor produtivo é a capacidade de adaptação a mercados em constante mutação. Os progressivos avanços do direito do

² SCHMIDT, H. Reflexiones sobre la enseñanza técnica y profesional para el decenio de 1990 y más allá: *Perspectivas*. Paris, UNESCO, 1995, nº 94, p. 361.

³ TEDESCO, J.C. Los desafíos de la educación. In: *Formación y Trabajo*. Rio de Janeiro, CNI/ SENAI/CINTERFOR, 1998, p. 21.

consumidor demandam permanente adaptação qualitativa de serviços e produtos. Essa capacidade de adaptação requer um trabalhador polivalente. Como formar um trabalhador polivalente, capaz de estar atento a diversas dimensões, constitui um dos grandes desafios para as agências formadoras. Nessa perspectiva, cresce e ganha importância a educação básica geral, sem a qual não será possível atender às novas exigências de formação.

No caso do Brasil, como a média de escolarização é ainda baixa (cinco anos aproximadamente), a dificuldade se transforma em grande desafio, qual seja, como atender às novas demandas dos setores produtivos a partir de um enorme contingente de trabalhadores com escolarização insuficiente? Algumas agências de educação profissional começam a elevar os níveis de exigências em matéria de escolarização para admitir candidatos a diversos tipos de cursos básicos profissionais. No entanto, a solução de elevar os níveis de escolarização para ingresso resolve o problema apenas por um lado. Por outro, agrava-o, na medida em que deixa de lado contingentes de trabalhadores desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Muitas empresas estão substituindo trabalhadores de baixa escolarização por pessoas mais qualificadas mantendo o mesmo salário.

A redução dos níveis hierárquicos requer, ainda, o desenvolvimento do trabalho em cooperação, o que significa que no processo de formação, ênfase especial deverá ser dada aos trabalhos em equipe, e também à criatividade do grupo. Os mercados globalizados e competitivos requerem, de forma crescente, uma nova cultura empresarial, na qual se exige mais conhecimentos, liderança, capacidade de trabalhar em grupo, capacidade de antecipação e conhecimento do cliente.

Para atender a todas essas condições, o modelo taylorista de educação profissional entrou em crise, exigindo das instituições formadoras a adoção de novos paradigmas. As implicações para o sistema educacional são inúmeras, sobretudo em relação à necessidade de elevar os padrões de qualidade das agências formadoras. Entretanto, há o obstáculo da defasagem entre a velocidade da reestruturação produtiva e a reforma do sistema de formação profissional. É certo que, em nível teórico, já existe uma rica literatura sobre o tema alertando para a urgência de introdução de mudanças no sistema de formação. Todavia, em termos concretos, há ainda um enorme espaço a percorrer para atingir, em nível de formação, os novos padrões de qualidade que estão sendo exigidos.

As dificuldades para a reformulação desejada são muitas. Elas requerem novo desenho conceitual de formação que, por sua vez, requer metodologias, professores e instrutores concebidos a partir de um novo modelo. Essa mudança não se opera da noite para o dia, mesmo porque supõe a alteração do sistema educacional como um todo.

No que se refere ao mercado de trabalho as mudanças estão em franco processamento. O mercado oscila em ritmo imprevisível, obrigando a reforma da legislação para torná-lo flexível e adaptável às mais diferentes situações. Além disso, há o espectro do desemprego devido ao uso de tecnologias de capital e conhecimento intensivos. O emprego para a vida toda desapareceu, como afirma o Relatório Pérez de Cuéllar sobre a situação mundial da cultura, praticamente não existe mais⁴. Esse relatório alerta, ainda, que não basta apenas educar. É preciso empregar convenientemente o indivíduo educado, oferecendo aos jovens possibilidade de usar os conhecimentos adquiridos⁵.

O problema da exclusão do indivíduo no mercado de trabalho se verifica hoje na maioria dos países. Não existem propostas consistentes para resolvê-lo. As implicações políticas e sociais precisam ser devidamente consideradas. Não há consenso entre os economistas de como solucionar o impasse da exclusão do mercado de trabalho. Uma abordagem neoclássica enfatizará a necessidade de redução de salários, de elevação do custo de capital e de redução da rigidez do mercado de trabalho. Uma abordagem estruturalista sublinhará a necessidade de educação e treinamento, voltados para as qualificações exigidas, a pesquisa de tecnologias apropriadas, a mudança de atitudes para com o trabalho e a criação de tipos corretos de instituições de crédito, informação e tecnologia. Uma abordagem keynesiana enfatizará a necessidade de expandir a demanda agregada e a oferta de fatores que contribuam para o emprego de mão-de-obra. Uma combinação dessas três abordagens poderá ser necessária em alguns países⁶.

⁴ CUÉLLAR, J.P. Nossa diversidade criadora. São Paulo, UNESCO/Papirus, 1997, p. 210.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 211.

Qualquer que seja o encaminhamento, estou seguro de que não se poderá formular prioridades para a educação profissional sem que se esteja atento a todas essas variáveis decorrentes das mudanças em curso do setor produtivo e das alterações do mercado de trabalho.

Nesse quadro de incertezas há um conjunto de variáveis que também precisam ser consideradas. De modo geral, elas se situam na área dos direitos humanos. Como em todo o mundo se discute, este ano, o 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, creio ser importante agregar à discussão das prioridades da educação profissional a questão da cidadania. As análises críticas da Declaração, mesmo as mais pessimistas, concordam que de 1948 aos dias atuais houve um progresso. De fato, a luta pela cidadania se fortalece em todas as suas dimensões: o combate a todas as formas de discriminação e de preconceitos, ao ódio e à violência, a luta pelos direitos educacionais e culturais para todos, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a defesa do meio ambiente, e a luta pela governabilidade da globalização são alguns exemplos das aspirações e tendências que certamente constituirão plataformas de luta no próximo milênio. A UNESCO está profundamente envolvida nessa luta, um de seus principais mandatos no âmbito das Nações Unidas.

Dessa forma, se por um lado a política educacional precisa atender as demandas da globalização econômica, por outro, não pode deixar de considerar os inúmeros movimentos sociais pela cidadania. A conciliação desses dois paradigmas – dar respostas ao mercado e dar respostas ao “aprender a ser” das pessoas – representa um desafio sem precedentes, mas, ao mesmo tempo, indispensável à nova institucionalidade da educação profissional.

O Brasil tem procurado estar atento a essas questões. Nos últimos anos, muitos debates e discussões, seja no âmbito das universidades, no Sistema S ou promovidas pelo poder público, foram realizados. Esses debates e reflexões foram importantes para consolidar a necessidade de reformar a educação profissional. A promulgação, em dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi o primeiro marco legal nessa direção. Pelo novo diploma, a educação profissional complementa, e não substitui, a formação geral. Assim, a ênfase na formação geral está compatível com a tendência que valoriza

requisitos como o desenvolvimento, nos trabalhadores, de raciocínio lógico, autonomia, liderança, comunicação e iniciativa. Como afirma um consultor da UNESCO, sem estas pré-condições educacionais gerais e formadoras, a educação profissional perde a capacidade de adaptar-se permanentemente às mutações do mercado de trabalho, perde a captação da mobilidade profissional e deixa de atender as aptidões e aspirações pessoais dos trabalhadores, elementos essenciais para aumentar a eficiência e a eficácia no trabalho⁷.

Em seguida, o Ministério da Educação editou o Decreto nº 2.208/97, regulamentando a educação profissional. Esse Decreto caminha na mesma direção. Por ele, o sistema de educação profissional não substituirá o ensino regular. Ambos os sistemas – educação geral e educação profissional – se desenvolverão de forma conjunta e articulada “buscando oferecer ao aluno as habilidades necessárias para o exercício de sua cidadania e para o desenvolvimento técnico-profissional”⁸. Foram estabelecidos três níveis de educação profissional:

1. Básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolarização prévia;
2. Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio;
3. Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio ou técnico.

Um dos pontos altos dessa reforma refere-se à organização modular dos currículos, que permite saídas e entradas intermediárias com diferentes graus de profissionalização. O aluno pode concluir um ou mais módulos, ter um certificado de qualificação, ingressar no mercado de trabalho e, no prazo máximo de cinco anos, retornar à escola para completar o seu curso. Ao final, um conjunto de módulos gerará um diploma de habilitação profissional⁹.

⁷ CARVALHO, F. M. *Concepção pedagógica* do Centro Escola Técnico-Profissionalizante Antônio Carlos Santana (Trabalho feito para a UNESCO Brasil). Brasília, MEC/UNESCO, julho de 1998.

⁸ MEC/SEMTEC. *Programa de Expansão da Educação Profissional*. Brasília: 1997.

⁹ Idem, *ibidem*.



Para implementar essa reforma, o Ministério da Educação negociou com o BID recursos da ordem de 1 bilhão de dólares, criando o PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional. Uma das principais metas desse programa é a criação de duzentos centros de educação profissional no país.

No caso da rede federal de ensino técnico-profissional, o Ministério da Educação, por intermédio da Portaria nº 646/97, estabeleceu que as instituições federais deverão se constituir em centros de referência, com prioridade para a expansão da educação profissional. As matrículas no ensino médio regular deverão ser reduzidas em 50%; em contrapartida, as matrículas nas demais modalidades – cursos pós-secundários e de qualificação e requalificação – deverão ser incrementadas.

A Portaria nº 646/97 obriga as instituições federais de ensino técnico a aproximarem-se mais do trabalhador e dos setores produtivos. Na medida em que ela permite ministrar cursos de qualificação e requalificação destinados a adultos e trabalhadores em geral com qualquer nível de escolarização, a função social das instituições se amplia e se aprofunda, o que as tornam indiscutivelmente mais relevantes para a classe trabalhadora. Essas instituições vinham oferecendo predominantemente cursos técnicos de grau médio, preparando muito mais para o vestibular do que para o mercado de trabalho.

A reforma estabelecida pelo Ministério da Educação, separando a educação profissional do ensino médio regular, deverá ainda contribuir para a superação do histórico dualismo: formação geral versus formação profissional. O princípio norteador da reforma é o da educação geral como base da profissionalização. Essa característica, por seu turno, corresponde a muitas das expectativas do mercado de trabalho que demanda cada vez mais conhecimentos básicos gerais e conhecimentos especializados. Some-se a isso o fato de que os conhecimentos adquiridos em instituições de formação profissional ou na empresa poderão ser aproveitados para o prosseguimento regular dos estudos.

O Programa de Educação Profissional do MEC somado ao Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) do Ministério do Trabalho e do Sistema S poderá

proporcionar ao país um novo cenário na área da educação profissional, qualificando e requalificando milhões de trabalhadores. Se a política de educação profissional se desenvolver em articulação com a política de emprego, seguramente seu êxito poderá ser facilitado.

Por outro lado, em decorrência das incertezas e oscilações do mercado de trabalho, torna-se importante incluir entre as prioridades da política de educação profissional um permanente processo de acompanhamento, avaliação e estudos setoriais com o objetivo de ajustar políticas e antecipar tendências. Esses estudos devem contemplar a dimensão humana do trabalhador, isto é, até que ponto a política de educação profissional está sendo capaz de contribuir para o fortalecimento de sua cidadania e de seu papel ativo nas transformações sociais que estão ocorrendo.

Para finalizar, importa lembrar que a heterogeneidade cultural e econômica do país supõe cuidados especiais na determinação de prioridades. As demandas e necessidades são distintas, como são distintas igualmente as expectativas sociais. Uma política de educação profissional precisa ser formulada e implementada como política social, ou seja, como política que promove o desenvolvimento humano.

DESEMPREGO, TEMPO LIVRE E LAZER: A NECESSIDADE DE UMA NOVA ÉTICA*

* Palestra proferida na Conferência do 5º Congresso Mundial do Lazer, São Paulo, SENAC, 28 a 30 de outubro de 1998.

O tema geral deste oportuno Congresso Mundial – Lazer em uma sociedade globalizada: inclusão ou exclusão – sintetiza no próprio título um dos principais impasses da sociedade contemporânea que se mundializa sem regras e sem freios. Todo o esforço da UNESCO, desde quando foi criada logo após a Segunda Grande Guerra, tem sido no sentido de promover a paz e a justiça social por intermédio de diversas formas de intercâmbio científico e cultural e compromissos públicos entre os Estados-Membros da UNESCO, que totalizam hoje 186 países.

Ao instante em que o mundo comemora e analisa os efeitos dos cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, torna-se necessário aguçar a reflexão sobre esse importante documento, mediante intercâmbio livre de idéias, debates e confronto democrático de alternativas, tendo em vista a urgente necessidade de desenharmos novos caminhos e abrir novas veredas e estradas que garantam a todos adentrar o Século XXI munidos de horizontes mais promissores do que os que têm sido colocados e divulgados. Nunca foi tão urgente trabalhar a “perspectiva da possibilidade” no lugar de um quadro sombrio que vem sendo amplamente prognosticado.

As interrogações, que não são poucas, devem ser amplamente enfrentadas por todos, dos sindicatos operários às universidades, passando naturalmente pelos setores que lideram a produção. O debate das interrogações e das incertezas coloca-se como condição insubstituível para enfrentar os desafios da globalização. Não se pode mais admitir que o destino de milhões de pessoas seja decidido em círculos restritos e insensíveis a uma visão ampla e abrangente dos problemas sociais e humanos deste final de século.

A UNESCO, em 1997, promoveu, em Brasília, a Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos com a participação de inúmeros países e personalidades de credibilidade internacional. Uma das conclusões do documento final, chamado Consenso de Brasília, foi o reconhecimento de que:

Buscar relações de plena igualdade no mundo obriga a construir a integração social, regional e técnica dentro de nossos países. A construção de sociedades sem exclusões é uma demanda econômica, social, política e ética. Se a região já aprendeu que mercados competitivos são indispensáveis para desatar as energias do crescimento econômico, agora aprende que nem a igualdade social, nem a estabilidade política são bens que se alcançam no mercado.¹⁰

O Consenso de Brasília procurou refletir a crescente sensibilidade dos governos, de lideranças intelectuais e da sociedade civil em relação ao desgoverno de uma globalização que marginaliza milhões de pessoas em todos os continentes. A UNESCO, seguindo sua trajetória histórica, tem procurado, no âmbito dos mandatos que lhe são outorgados pelas Nações Unidas, estar atenta ao quadro de perplexidades que se desenvolve no bojo do processo de mundialização das relações sociais e econômicas. Mais do que isso: não só está atenta, como tem procurado sensibilizar governos e formuladores de políticas de ação para a urgente necessidade de priorizar políticas que se convertam em mecanismos de efetivo combate à pobreza, ao desemprego e às desigualdades sociais de renda, cultura e educação.

A estratégia da UNESCO tem sido os Fóruns Internacionais para a discussão entre os representantes dos Estados-Membros das grandes questões do nosso tempo que se situam no âmbito de atuação da Organização. Nesses Fóruns, as questões são livremente debatidas e o consenso conseguido transforma-se em compromisso de cada Estado-Membro. Essa estratégia tem permitido obter avanços importantes em muitas áreas. A título de exemplo, os progressos alcançados em relação à política de educação para todos e à preservação do meio ambiente decorrerão em boa parte da operacionalização desses Fóruns. Tanto a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência de Jomtien, Tailândia, 1990, como a Declaração de Tiblisi sobre Educação Ambiental tiveram e continuam a ter inúmeros desdobramentos positivos, que podem ser comprovados pelo avanço das políticas de

¹⁰ Consenso de Brasília. In: *Gobernar la Globalización*. Doms. Informe sobre los principios democráticos y la gobernabilidad. Brasília, Julho de 1997. p. 233.

intervenção que se registram na América Latina em relação à educação ambiental e à política de educação para todos.

A UNESCO tem consciência de que ações setoriais não modificam necessariamente o núcleo gerador de disparidades e injustiças. Todavia, o que a experiência da UNESCO indica é que os problemas cruciais deste final de século, entre eles o do desemprego e o da exclusão, dependem cada vez mais do debate internacional devido à ação incessante da globalização. Alguns romantismos que animaram nossas vidas em outros tempos precisam ser revistos à luz dos novos cenários que se desenharam. Quando afirmo que precisam ser revistos, estou querendo dizer que precisam ser publicamente debatidos. Os atores envolvidos nos problemas sociais e econômicos deste final de século são muitos e variados. Quando o Diretor Geral da UNESCO, Federico Mayor, afirma que é preciso governar a globalização, ele percebe com lucidez a urgência de se buscar um consenso de governabilidade em meio a uma multiplicidade de fatores e variáveis em conflito.

Uma das conseqüências marcantes do processo de globalização é a interdependência internacional. As últimas crises do sistema econômico (Leste Asiático, Rússia e América Latina), deixam claro essa interdependência. Dessa forma, se por um lado os problemas da humanidade se tornam interdependentes, por outro, há que se buscar também soluções em escala interdependente. Não é mais possível reduzir a complexidade e os impasses deste final de século a um círculo de soluções.

A CRISE DO DESEMPREGO

As considerações introdutórias foram feitas com o objetivo de subsidiar a análise do problema do desemprego, que precisa ser examinado em conexão com as políticas mais amplas de desenvolvimento. A revolução tecnológica que está em curso e que se caracteriza pelo emprego de sofisticadas tecnologias poupadoras de mão-de-obra está gerando uma superabundância de mão-de-obra trabalhadora. Uma das conseqüências desse fenômeno foi sintetizada por Ratinoff de forma apropriada:

La mayoría de las consecuencias económicas y sociales de la superabundancia de mano de obra son bien conocidas, van unidas a la pobreza y a la privación. Además, se dan otras implicaciones de conducta. Ante todo, la superabundancia de mano de obra afecta a la ética del trabajo: si un buen trabajo supone un privilegio, ya no tiene sentido seguir creyendo en las recompensas del trabajo honrado, cuando las oportunidades de trabajo y ascensos se hacen tan improbables dentro de cauces informales patrocinadas. En esta situación, el sentimiento de capacidad personal tan importante en la motivación de la ética del trabajo está a punto de desaparecer para dejar paso a una visión más fatalística y oportunista. El vacío entre los valores reconocidos y la ética 'de a pie' del exceso de mano de obra puede contribuir a un alto grado de cinismo respecto al reparto de las recompensas sociales.¹¹

Essa afirmação tem particular importância para o tema deste painel na medida em que a questão do lazer e do tempo livre haverá de ser discutida no contexto do binômio incluídos-excluídos.

Por outro lado, se dermos crédito a Tedesco, quando afirma que as estimativas estatísticas de estudos realizados na área da sociologia do trabalho indicam que somente 25% da mão-de-obra poderá ser incorporada ao núcleo estável da economia com condições plenas de participação e desenvolvimento pessoal¹², conclui-se que a crise de paradigmas está chegando a um impasse.

Esse dado mostra que a integração social pelo trabalho perde importância. A incorporação ao trabalho deixa de ser universal e se converte em patrimônio de uns poucos¹³.

¹¹ RATINOFF, L. Inseguridad mundial y la educación: la cultura de la mundialización. In: *Perspectivas*, nº 94, Paris: UNESCO/OIE, 1995, p.172.

¹² TEDESCO, J.C. Op. cit. In: *Formación y Trabajo*. Rio de Janeiro:CNI/SENAI/CINTERFOR, 1998, p. 24.

¹³ TEDESCO, J.C. Op. cit., p. 25.



Se a integração pelo trabalho perde valor, a questão que se coloca é a de qual perspectiva se pode falar daqui para frente. Pesquisa realizada entre jovens americanos, alemães, japoneses e franceses sobre os valores do tempo presente apontam que para três quartos deles, o trabalho não constitui um valor¹⁴. É certo que essa pesquisa refere-se a sociedades abastadas. No caso das sociedades periféricas, o jovem ainda sonha com uma possibilidade de integração pelo trabalho. No entanto, o crescimento do desemprego abala em ritmo crescente essa crença. O próprio discurso de promover uma educação que favoreça a competitividade começa a fragilizar-se na medida em que apenas uma parte poderá integrar-se com sucesso ao mercado de trabalho.

Alguns especialistas, como A. Gorz¹⁵, sugerem a redução da jornada de trabalho como alternativa para permitir uma integração mais ampla. Isso supõe, no entanto, observa Tedesco, universalizar as qualificações para o desempenho produtivo¹⁶, o que seria, no mínimo, uma utopia em termos mundiais em decorrência das diferenças e das diversidades que não podem ser ignoradas. Universalizar as qualificações em sociedades que já lograram atingir níveis elevados de educação básica, talvez seja possível; no caso, entretanto, de sociedades que apresentam déficits educacionais acentuados, essa universalização só poderá efetivar-se a longo prazo. Como bem afirma o Relatório Jacques Delors, muitos países em desenvolvimento apresentam graves desigualdades na distribuição dos recursos cognitivos.

O Relatório Jacques Delors, inclusive, adverte que:

Se não se fizer um grande esforço para afastar esse risco, alguns países, incapazes de participar na competição tecnológica internacional, estarão prestes a constituir bolsas de miséria, de desespero e de violência impossível de reabsorver por meio de assistência e de ações comunitárias. Mesmo no interior dos países desenvolvidos, há grupos sociais inteiros

¹⁴ DUMAZEDIER, J. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: SESC/NOBEL, 1994, p. 176.

¹⁵ APUD TEDESCO, J.C. Op. cit.

¹⁶ TEDESCO, J.C. Op. cit., p. 25

*em risco de serem excluídas do processo de socialização constituído, até há pouco tempo, por uma organização do trabalho de tipo industrial. Em ambos os casos, o problema essencial continua a ser o da partilha desigual de conhecimentos e competências.*¹⁷

Assim sendo, os efeitos da redução da jornada de trabalho só poderão concretizar-se de forma parcial. Outros economistas preconizam soluções diferentes para a crise do desemprego, como redução de salários e da rigidez do mercado de trabalho, emprego de tecnologias apropriadas, expansão da demanda agregada e oferta de fatores que contribuam para o emprego da mão-de-obra. O impasse, todavia, só poderá encontrar um desfecho favorável mediante a internalização pelos que detêm o poder de decisão de uma nova consciência em escala global.

DESEMPREGO, TEMPO LIVRE E LAZER

O declínio do fator trabalho como valor civilizatório tem implicações preocupantes. É certo que muitos teóricos, observa Dumazedier, boa parte dos quais de inspiração marxista, continuam a proclamar *a priori* o primado do trabalho como necessidade humana básica. Nessa perspectiva, o tempo livre se define como um modo de restauração das forças produtivas, ou seja, o tempo livre é produzido pelo trabalho¹⁸. O declínio do emprego, devido ao avanço da ciência e da tecnologia e dos modelos de desenvolvimento em curso, que concentram decisões tecnológicas e lucros, começa a provocar abalo nos paradigmas da livre concorrência. Todos nós sabemos que a perspectiva de emprego hoje para um jovem na América Latina, depois de mais de 20 anos de estudo – da pré-escola à universidade – não é das melhores.

¹⁷ DELORS, J. Educação: *Um tesouro a descobrir*. São Paulo: UNESCO/Cortez, 1998, p. 74 e 75.

¹⁸ DUMAZEDIER, J. Op. cit. p. 179.

Por outro lado, o tempo livre pode ser visto como um produto do sistema capitalista. "A sociedade, sob o efeito de uma lógica perversa do capitalismo liberal, tende a desenvolver artificialmente formas fúteis e nocivas de consumo de lazer"¹⁹. O tempo livre passa a ser objeto de exploração capitalista, difundindo valores que tenham efeitos positivos no aumento da produção e do consumo. Em que pese a procedência parcial dessa linha de interpretação, ela se mostra insuficiente na medida em que não considera a própria luta histórica dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho. De mais de 70 horas semanais de trabalho em meados do século passado, a jornada de trabalho em muitos países atualmente já foi reduzida a menos de 40 horas.

A conquista dos trabalhadores em relação à redução da jornada de trabalho permitiu o desenvolvimento de uma cultura do lazer. Passaram a ter acesso a determinados bens civilizatórios antes só reservados às camadas dominantes da sociedade. Em decorrência, a ética do lazer, que desabrocha em detrimento da ética do trabalho e ao lado de outras éticas vacilantes, toma corpo e se estrutura na cultura de massa²⁰. A afirmação da personalidade, negada muitas vezes pelas condições adversas do trabalho, passou a dispor de novos espaços para a realização pessoal. Simultaneamente, surgiram inúmeras instituições sociais promotoras do lazer, imprimindo dimensão cultural ao tempo livre. Entretanto, essa dimensão do lazer começa a sofrer os primeiros reveses na medida em que o processo de globalização aumenta sua velocidade, os modos de produção se alteram e a crise do desemprego se amplia e se universaliza.

IMPASSES E PERSPECTIVAS

As conseqüências de um processo de globalização de inspiração neoliberal estão à vista. A afirmação recente de Aspásia Camargo, assessora do Ministro das

¹⁹ DUMAZEDIER, J. Op. cit., p. 180.

²⁰ MORIN, E. *A cultura de massa no século XX*. Rio de Janeiro, Forense, 1997, p.73.

Relações Exteriores do Brasil, é sintomática: “O Brasil e a América Latina são (...) o dique de contenção da irracionalidade, o último reduto na linha de defesa que separa a viabilidade do caos”²¹.

A possibilidade de caos significa que não se pode pensar o tema do desemprego e do lazer fora de uma necessidade mais global de retorno à racionalidade. Não a racionalidade instrumental, insensível às coisas humanas, porém, a racionalidade crítica e criadora que subordina o econômico ao social, restaura o primado da dimensão humana e estabelece a indissociabilidade entre os fatores de desenvolvimento cultural e os de desenvolvimento econômico.

A superação desse impasse é importante para se repensar a questão do desemprego e para o estabelecimento de uma nova ética para o trabalho e o lazer. O tempo livre proporcionado pelo avanço da ciência e da tecnologia terá de ser repensado a partir de uma “consciência permanente do mundo em seu conjunto”. Porque, como observa o Diretor Geral da UNESCO, na VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada na Ilha Margarita, em 1997, a globalização supõe globalizadores e globalizados. Alguns globalizadores e muitos globalizados. Por isso, no lugar de globalização, é preciso começar a falar em globalidade, isto é, uma visão de conjunto, uma nova consciência e uma nova ética²².

A urgência de um novo cenário em escala mundial fundamentado numa ética e num paradigma que permitam a redução das assimetrias e das disparidades na distribuição da riqueza converteu-se em imperativo para evitar o caos.

Os avanços da ciência e da tecnologia são frutos de obras coletivas no decorrer dos tempos. É injusto, portanto, que só uns poucos se beneficiem. “Quanto tempo ainda poderemos nos dar ao luxo de não agir?” pergunta Federico Mayor. E continua: “Por acaso calculamos o preço da inércia, da inatividade, da ausência de

²¹ CAMARGO, A. *A globalização domesticada*. Folha de São Paulo, 12/10/98, p. 3.

²² MAYOR, F. *Valores éticos da democracia*. VII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Ilha Margarita, Venezuela, 11/97.

uma ética de futuro?”. Certamente que esse preço ainda não foi calculado. E se o for, com certeza constatar-se-á que ele será bem maior do que o custo de uma ética que viabilize um novo contrato social. Todavia, adverte o Diretor Geral da UNESCO: “Estabelecer as bases de uma ética de futuro supõe que os atores sociais e aqueles que detêm o poder de decisão cessem de ‘ajustar-se’ ou de ‘adaptar-se’, supõe que sejam eles que antecipem e tomem decisões”²³.

Estou seguro de que será a partir de um novo quadro ético regulador das relações internacionais que se tornará possível a reconstrução da dignidade perdida. Só assim será possível imaginar cenários de progressiva inclusão que acenem para a substituição do vazio de perspectiva para uma perspectiva de solidariedade e justiça compartilhadas. Entretanto, a instauração desse novo quadro não poderá se efetivar de cima para baixo. Dar voz e voto aos que não têm tornou-se uma condição para a reconstrução desejada.

O tempo livre se edificará com o compromisso de ser parte integrante de um projeto de reconstrução, cujo eixo norteador será o desenvolvimento de uma cultura da paz e da solidariedade. Esse pressuposto norteia, hoje, a ação mundial da UNESCO.

²³ MAYOR, F. Op. Cit.

O SIGNIFICADO DE PAULO FREIRE PARA A UNESCO*

* Palestra proferida na Conferência do Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação, Instituto Paulo Freire, São Paulo/SP, 20 a 24 de maio de 1998.

A participação da UNESCO em Encontro Internacional para discutir e analisar a obra de Paulo Freire tem um significado especial para a Organização. Os ideais de justiça social, solidariedade e tolerância pelos quais a UNESCO luta há mais de cinquenta anos encontram na obra de Paulo Freire não apenas a sua fundamentação histórica e existencial, mas um caminho de concretização e a possibilidade de se tornarem realidade.

Quando a UNESCO, em 1986, conferiu a Paulo Freire o Prêmio de Educação Para a Paz, tinha a mais profunda convicção de que o estava fazendo em reconhecimento a um dos mais férteis pensadores educacionais do Século XX, cuja influência no plano das idéias pedagógicas tem sido objeto de inúmeros estudos em vários países. A bibliografia sobre ele organizada pelo Instituto Paulo Freire faz um balanço internacional da sua influência e da penetração de suas idéias.

Estou certo de que as razões desse incrível sucesso se devem ao fato de que Paulo Freire tenha edificado os eixos norteadores de sua pedagogia tomando por referência a dor e o sofrimento dos segmentos excluídos que representam dois terços da população mundial. Sua pedagogia, desde os tempos de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, possui essa marca e se define como uma pedagogia de libertação dos oprimidos.

Paulo Freire, diferentemente de outros educadores e estudiosos da educação, construiu uma pedagogia a partir do quadro existencial dos segmentos excluídos. É certo que ele era um leitor assíduo e estudioso de autores e pensadores consagrados, mas o fazia com sua mente voltada para as pessoas pobres. Daí a riqueza de significados e a dimensão humana de sua obra.

Sua preocupação permanente não era orientar a reflexão na ótica das disputas e conflitos teóricos das ciências da educação, antes, o que o angustiava, eram os desafios no plano humano, ou seja:

- Como alfabetizar e conscientizar um trabalhador rural de Angicos?
- Como ajudar os países africanos de língua portuguesa a estabelecer uma política educacional que efetivamente pudesse ajudar a conquista da cidadania desses povos?

Um aspecto marcante da obra de Paulo Freire é sua profunda crença na possibilidade das mudanças, motivo pelo qual foi, por vezes, visto como possuidor de excesso de idealismo. Nada mais incorreto. Paulo Freire conhecia a fundo as contradições da sociedade capitalista, todavia, nunca abdicou de brigar e lutar por um mundo melhor. Lutou para superar tanto o pedagogismo ingênuo quanto o pessimismo imobilizador, mantendo-se fiel à utopia e sonhando sonhos impossíveis, para usar as palavras de um pesquisador e estudioso de sua obra²⁴.

Foi também chamado de espontaneísta, uma crítica apressada dos que desconheciam o rigor de sua reflexão. A propósito, parece oportuno destacar o que Paulo Freire escreveu no prólogo do livro que ajudei a organizar sobre a Educação de Adultos na América Latina:

La práctica espontaneísta, licenciosa, desvirtuando la posición correcta con respecto a la libertad del educando, termina negando, al mismo tiempo, la necesaria autoridad del educador, la libertad que pretendía respetar. En este clima espontaneísta, una especie de "dejar todo como está para ver qué pasa", el acto de conocimiento se pierde por falta de seriedad y disciplina intelectual, sin las cuales el procedimiento riguroso de aproximación al objeto, no se verifica.

Frente a éste, como a otros problemas centrales de la práctica educativa, mi posición ha sido siempre la de la radicalidad democrática, o la de la substantividad democrática, en verdad la única posible, que se constituye en oposición positiva tanto al autoritarismo arrogante cuanto al espontaneísmo irresponsable.

²⁴ GADOTTI, M. *Paulo Freire: Uma Biobibliografia*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: UNESCO, 1996.

Ele próprio escreveu no livro *A Educação na Cidade* – “Mudar é difícil, mas é possível e urgente”²⁵. Essa crença explica o desafio que sempre enfrentou e tentou vencer – o de evitar a dicotomia entre a teoria e a prática. Como bem frisou M. Gadotti:

*A universalidade da obra de Paulo Freire decorre dessa aliança teoria-prática. Daí ser um pensamento vigoroso. Paulo Freire não pensa pensamentos. Pensa a realidade e a ação sobre ela. Trabalha teoricamente a partir dela.*²⁶

Ao trabalhar teoricamente a partir da realidade, volta-se constantemente a essa mesma realidade para auscultá-la e verificar a coerência de sua reflexão. Essa é a dialética de seu método. Por isso, o diálogo constituía um dos eixos centrais da epistemologia freiriana. Ressalte-se a sua resistência às coisas prontas e acabadas. A solução deriva sempre do diálogo com a realidade. Segundo Lauro de Oliveira Lima, que foi um dos primeiros estudiosos no Brasil da obra de Paulo Freire, “a alfabetização - em vez de impor-se como algo estranho ao mundo psicossociológico do analfabeto - ajusta-se, neste quadro, como decorrência natural da tomada de consciência lúcida dos problemas”²⁷.

Em diversas oportunidades, Paulo Freire colaborou com a UNESCO e foi por ela homenageado. Suas idéias pedagógicas serviram para fortalecer os compromissos sociais de educação e cidadania para todos nós da UNESCO. Ao receber a notícia de sua morte, o Diretor Geral da UNESCO, escritor e poeta Federico Mayor, escreveu:

Morreu Paulo Freire. Imperceptivelmente, o ar de todas as salas de aula do mundo se tornou rarefeito. Sem sabê-lo, talvez, os professores de todos os continentes sentiram, por um instante, que a tristeza os embargava. E em seguida se transformava em convicção e forças renovadas.

²⁵ FREIRE, P. In: Gadotti, M. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. Op. cit. p. 76.

²⁶ GADOTTI, M. Op. cit. p. 77.

²⁷ LIMA, L.O. In: GADOTTI, M. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. Op. Cit. p. 79.

Pedagogia da autonomia, do oprimido, da esperança. Sabia, como Bolívar, que a educação é a base da liberdade. Paulo Freire, pedagogo da libertação, preso e exilado pelos que temem os homens e as mulheres donos de seu destino.

Essas palavras de Federico Mayor expressam o reconhecimento e o respeito que a UNESCO sempre teve por Paulo Freire, cujas idéias, pela atualidade que possuem, estão na agenda mínima das tendências e compromissos que devem presidir a luta educacional do Século XXI.

Particularmente, falar sobre Paulo Freire tem um enorme significado. Desde quando o conheci em 1977, até seus últimos dias, mantivemos um contato permanente que me foi altamente enriquecedor tanto do ponto de vista cultural quanto humano. Suas lições foram marcantes.

Quando Paulo se foi, em 1997 publiquei em sua homenagem, em jornais brasileiros, uma carta a ele dirigida que chamei de Bilhete para Paulo, do qual destaco dois parágrafos que expressam o respeito intelectual e o carinho que sempre lhe devotei:

Querido Paulo,

Em 1977, cheguei ao Brasil pela primeira vez e tive o privilégio de te conhecer e de me incorporar à tua legião de amigos. Meu primeiro livro sobre educação, em parceria com Juan Diaz Bordenave, outro de teus queridos amigos, contou com teu generoso prefácio. Trabalhamos nesses anos duros de Brasil no marco de tuas idéias, claro que sem poder explicitar que eram tuas. Havia muitos que não o sabiam e outros muitos que sabiam e, sem dizê-lo, nos deram os espaços para difundir tuas contribuições fundamentais para uma educação democrática, de inclusão de tantos excluídos.

Há pouco que retornei ao Brasil e esperava que com tua habitual vitalidade seguissemos inventando projetos. Mas partiste Paulo, justo quan-

do começava a reintegrar-me a este Brasil de teus amores. Não é fácil aceitar que não te verei mais, que não escutarei mais tua incontinúvel forma de falar. Mas, meu querido Paulo, quero assegurar-te que seguiremos lutando pelas causas pelas quais sempre lutaste e que seguirás sendo nossa constante inspiração.

Por último, quero destacar a decisão da UNESCO, anunciada durante a V CONFITEA realizada em Hamburgo em 1997, de criar o Prêmio Paulo Freire, com o objetivo de premiar experiências bem-sucedidas no campo da educação de adultos. O regulamento desse prêmio será discutido durante este Encontro. Além do prêmio em nível internacional poderá também ser instituído o de nível nacional, o que é importante no contexto dos desafios de educação de adultos que o Brasil enfrenta.

O Prêmio Paulo Freire é uma homenagem que a UNESCO só presta a educadores cujas contribuições para a história das idéias pedagógicas sejam mundialmente reconhecidas.

Edições UNESCO

Livros Editados

- A nova LDB: uma lei de esperança
Cândido Alberto Gomes (org.)
- Bolsa escola: melhoria e redução da pobreza
Jacobso Waiselfisz, Miriam Abramovay e Carla Andrade
- Cidadania e educação: rumo a uma prática significativa
Luis Abdala-Bertrand (org.)
- Ciência e poder
Federico Mayor e Augusto Forti (org.)
- Direito educacional e educação no século XXI
Elias de Oliveira Motta
- Educação um tesouro a descobrir
Jacques Delors (coord.)
- Engendrando um novo feminismo
Miriam Abramovay e Mary Castro
- Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro
Maria Cecília de Souza Minayo (et al.)
- Gênero e meio ambiente
Mary Casto e Miriam Abramovay
- Juventude e agricultura familiar
Ricardo Abramovay
- Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília
Jacobso Waiselfisz
- Las industrias culturales en los acuerdos de integración regional: el caso del NAFTA, la EU y el Mercosur
Hernan Galperin
- Mapa da violência: os jovens do Brasil
Jacobso Waiselfisz

- Nossa diversidade criadora

Javier Pérez de Cuéllar (coord.)

- Novos rumos do ensino médio: Brasil em perspectiva

Cândido Alberto Gomes

- O direito à assistência humanitária

Vários autores

- O ensino superior no Mercosul

Jacques Veloso (org.)

- Paulo Freire - uma biobibliografia

Moacir Gadotti

- Percepção dos jovens sobre a violência nos meios de comunicação de massa

Jo Groebel

- Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior

UNESCO

- Quanto custa a expansão do ensino médio?

Cândido Alberto Gomes

- Reflexões sobre a tolerância

Rao V. B. Chelikani

- Repensando o Estado para o desenvolvimento social

Bernardo Kliksberg

- UNESCO Brasil

UNESCO

Para informações sobre como obter livros das Edições UNESCO, dirigir-se ao escritório da Organização em Brasília:

SAS Quadra 05 -- Bloco H -- Lote 06

Ed. CNPq/IBICT/UNESCO -- 9º Andar

Brasília -- DF

70070-914

Telefone: 061 223 8684 -- ramal 248

E-mail: rachel@unesco.org.br